

**DO SABER AO EXISTIR NO CERRADO:
NOTAS TEÓRICAS ACERCA DOS CONHECIMENTOS
TRADICIONAIS E A BIODIVERSIDADE**

**FROM KNOWLEDGE TO EXISTENCE IN THE
CERRADO: THEORETICAL NOTES
ABOUT TRADITIONAL KNOWLEDGE AND
BIODIVERSITY**

**DEL SABER AL EXISTIR EN EL CERRADO:
NOTAS TEÓRICAS SOBRE EL
CONOCIMIENTO TRADICIONAL Y LA
BIODIVERSIDAD**

DOI 10.33360/RGN.2318-2695.2021.i1.p.170-187

Edson Batista da Silva

Professor da Universidade Estadual de Goiás (UEG)

Doutor pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Goiás

E-mail: edson_bat_silva@hotmail.com

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-8898-6470>

Ana Carolina de Oliveira Marques

Docente da Universidade Estadual de Goiás (UEG)

Doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia do Instituto de Estudos Socioambientais
da Universidade Federal de Goiás (IESA/UFG)

E-mail: carol.geografia@hotmail.com

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-8752-555X>

RESUMO

Este artigo reúne apontamentos teóricos em torno do imbricamento entre o conhecimento tradicional e a biodiversidade, seguidos de reflexões acerca dos conflitos vivenciados pelas comunidades quilombolas do Mesquita e Kalunga, localizadas no estado de Goiás. Para tanto, foi desenvolvida pesquisa bibliográfica, com localização, levantamento, leitura e fichamento de referências concernentes ao tema. Também se utilizou informações de pesquisa documental e em sítios eletrônicos. Os resultados revelam que a diversidade biológica e a diversidade cultural são interdependentes. Pensar a conservação do Cerrado implica entender a importância dos povos originários, das populações quilombolas e camponesas que ocupam esse território. Esses sujeitos portam conhecimentos etnopedológicos, etnobotânicos, etnozoológicos, etnoastronômicos, etc. A biodiversidade do Cerrado é também produto da ação desses grupos, que no ato de trabalhar para viver, produzem a si mesmos e esse território concomitantemente. Não obstante, a modernização, implementada pelos discursos e infraestruturas, tem promovido a expropriação desses sujeitos. A negação e/ou a apropriação de seus conhecimentos tradicionais constitui-se como uma dessas táticas.

Palavras-chave: Cerrado; Biodiversidade; Conhecimento Tradicional; Populações Originárias

ABSTRACT

This paper develops theoretical notes about the meeting between traditional knowledge and biodiversity, followed by reflections on the conflicts experienced by quilombola communities of Mesquita and Kalunga, located in the state of Goiás. For this purpose, a bibliographical research was developed, with location, surveys, reading and annotations to references concerning the theme. It was also used information of documentary research and on electronic sites. The results show that the biological diversity and the cultural diversity are interdependent. To think about the conservation of the Cerrado implies understanding the importance of the native peoples, the Quilombola and peasant populations that occupy this territory. These subjects carry ethnopedological, ethnobotanical, ethnozoological, etnoastronomic, etc. knowledge. The biodiversity of the Cerrado is also the product of the action of these groups, who in the act of working to live produce to themselves and that territory concomitantly. Notwithstanding, the modernization, implemented by



the discourses and infrastructures, has promoted the expropriation of these subjects, being one of the tactics the denial and/or the appropriation of their traditional knowledge.

Keywords: Cerrado; Biodiversit; Traditional Knowledge; Native Populations

RESUMEN

Este artículo reúne notas teóricas sobre el entrelazamiento entre conocimiento tradicional y biodiversidad, seguido de reflexiones sobre los conflictos vividos por las comunidades quilombolas de Mesquita y Kalunga, ubicadas en el estado de Goiás. Para eso fue desarrollada una investigación bibliográfica, con localización, levantamiento, lectura y registros de correspondencias referentes al tema. También se utilizó informaciones de investigación documental y en sitios electrónicos. Los resultados revelan que la diversidad biológica y la diversidad cultural son interdependientes. Pensar en la conservación del Cerrado implica entender la importancia de los pueblos originarios, de las poblaciones de los quilombos y campesinas que ocupan este territorio. Esos sujetos portan conocimientos etnopedológicos, etnobotánicas, etnozoológicos, etnoastronómicos, etc. La biodiversidad del Cerrado es también producto de la acción de esos grupos, que en el acto de trabajar para vivir producen a sí mismos y ese territorio concomitantemente. Sin embargo, la modernización, implementada por los discursos e infraestructuras, ha promovido la expropiación de esos sujetos, siendo una de las tácticas la negación y/o la apropiación de sus conocimientos tradicionales.

Palabras clave: Cerrado; Biodiversidad; Conocimiento Tradicional; Poblaciones Originarias.

1. INTRODUÇÃO

A participação no projeto “Sociobiodiversidade e Desenvolvimento Territorial: perspectivas para o Mundo do Cerrado”¹ (PGPSE/CAPES) tem nos despertado para o conjunto de conhecimentos tradicionais que povoam o Cerrado Goiano. A compreensão dos sistemas culturais fundados na biodiversidade do Cerrado parece-nos tão urgente quanto a defesa da própria biodiversidade frente ao modelo de desenvolvimento capitalista que se impõe nesse território.

Há diferentes modos de conceber o Cerrado, disso decorrem metodologias distintas de estudá-lo. As pesquisas desenvolvidas no Instituto de Estudos Socioambientais da Universidade Federal de Goiás (UFG) exemplificam a multiplicidade de compreensões do Cerrado e das questões que o envolvem. Cerrado como bioma, domínio morfoclimático, sistema biogeográfico, região, bioma-território, território. Cada abordagem traz implicações de método e procedimentos de análise, projetando particularidades do Cerrado em detrimento de outras. Há implícito, portanto, um posicionamento político na adoção de uma ou outra abordagem. O território é, nesse texto, a categoria mediadora das reflexões que se tecem acerca do Cerrado. Desse modo, dedicaremos maior atenção às disputas de usos, sentidos e representações que os sujeitos, grupos e classes sociais operam nesse território.

Reconhecemos as comunidades tradicionais ou populações pré-industriais como componentes intrínsecos do Cerrado e co-responsáveis pela existência e preservação de biodiversidade. Ao mesmo tempo em que novos segmentos, portadores de uma racionalidade

¹ Coordenado pelo professor Eguimar Felício Chaveiro – Programa de Pesquisa e Pós-Graduação em Geografia do Instituto de Estudos Socioambientais da Universidade Federal de Goiás.



urbano-industrial gestada no seio do sistema capitalista, redefinem de forma arbitrária os sujeitos, saberes e atividades autorizadas no Cerrado. Os povos originários e suas formas de organização social e relação com a natureza são afetados e desrespeitados.

Diante disso, a nosso ver, não há como pensar políticas de preservação/conservação do Cerrado apartadas das políticas espaciais dos sujeitos que historicamente o habitam. O Cerrado é, para esses povos, o *habitat* no sentido amplo do termo: matriz espacial entranhada em suas culturas. Nós entendemos que políticas públicas de conservação da biodiversidade do Cerrado devem observar os direitos de populações originárias e das comunidades camponesas e quilombolas, denominadas institucionalmente de comunidades “tradicionais.”

O direito ao território deve ser garantido aos ribeirinhos, camponeses proprietários, Kalungas, Avá-canoeiros, Javáes, Carajás, camponeses de fundo de pasto. Conforme a Convenção n.º 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), ratificada pelo decreto nº 5.051, de 19 de abril de 2004 e aprovada pelo Congresso Nacional no decreto n.º 143, de 20 de junho de 2002, há no Brasil um instrumento jurídico internacional vinculante, que garante direitos às comunidades tradicionais. De acordo com essa legislação, esse direito aplica-se a comunidades que apresentam condições sociais, econômicas e culturais que se distinguem do conjunto da população.

A auto identidade é o instrumento subjetivo fundamental do processo de distinção, em que, por exemplo, nenhuma nação indígena deve ser negligenciada no seu direito a sua identidade. Ou seja, a auto identidade é o direito de se reconhecer como pertencente a determinada comunidade originária com características singulares, que por isso tem o direito de viver no espaço/tempo despido de ameaças do sistema hegemônico capitalista. Dessa maneira, os projetos que afetam a vida, as crenças, os valores espirituais e a terra dessas comunidades devem ser objeto de consulta e participação, visto que cabem a elas decidirem suas prioridades de desenvolvimento.

A despeito disso, aprofundam-se as ameaças de expulsão a esses grupos, oriundas da acumulação primitiva e da reprodução ampliada do capital. Logo, até que ponto compreensões restritas sobre o Cerrado fornecem instrumentos para tessitura de políticas públicas, de legislações e de normativas que advogam a favor da conservação desse território? Qual tratamento tem sido dispensado a comunidades “tradicionais” do Cerrado, como os grupos quilombolas?

O objetivo deste texto é desenvolver reflexões teóricas acerca do imbricamento entre o conhecimento “tradicional” e a biodiversidade, considerando algumas notícias de ameaças que atingem a reprodução social das comunidades quilombolas do Mesquita e Kalunga, ambas localizadas no estado de Goiás. Para atender ao objetivo proposto, foi realizada pesquisa bibliográfica, com localização, levantamento, leitura e fichamento de referências que discorrem sobre os conceitos de conhecimento “tradicional” e biodiversidade.



Também foram realizadas pesquisa na internet e pesquisa documental, com busca de sítios que apresentam legislações, relatórios e reportagens sobre comunidades quilombolas e a ação de agentes capitalistas nessas comunidades no estado de Goiás. O artigo está dividido em duas partes: no primeiro momento, discute-se os conceitos de conhecimento “tradicional” e biodiversidade; na segunda parte, o debate debruça-se sobre as ameaças de expropriação sofridas pela comunidade quilombola do Mesquita e pela comunidade Kalunga em Goiás.

2. IMBRICAMENTO: COMUNIDADES TRADICIONAIS, CONHECIMENTO TRADICIONAL E BIODIVERSIDADE

A dicotomização é pouco adequada à discussão proposta. Bassols e Toledo (2015) afirmam que o conhecimento “tradicional” não é estático. Trata-se da síntese entre a tradição e a modernidade. Os autores mencionam que a “*pecha*” de obsoleto, atrasado, retrógrado é proveniente do colonialismo. Shiva (2003) entende que o saber científico assumiu *status* de sacralidade e imunidade, tendo em vista subsidiar o projeto ideológico manietado pelo colonialismo político-econômico e intelectual. Na mesma direção, Boaventura Santos (2019) em “O fim do império cognitivo” chama atenção para uma “ecologia de saberes” historicamente subjugada pela pretensa “universalidade” do conhecimento científico ocidental. Em sua maioria, saberes inerentes às realidades dos povos colonizados. Daí, que a luta política da descolonização passa por questionamentos epistemológicos radicais.

Nas Ciências da Educação (ARROYO, 2017), na Psicanálise (DUNKER, 2020), na Ecologia Política (SOUZA, 2019) entre outros campos, ganha capilaridade os esforços teórico-filosóficos e prático-políticos de reconhecimento dos saberes populares. De acordo com Dunker (2020), não houve processo de colonização que não iniciou impondo ao outro (colonizado) a sua palavra (saber). Entendimento correlato conduziu Paulo Freire (1968 em sua elaboração pedagógica:

Em regime de dominação de consciências, em que os que mais trabalham menos podem dizer a sua palavra e em que multidões imensas nem sequer têm condições para trabalhar, os dominadores mantêm o monopólio da palavra, com que mistificam, massificam e dominam. Nessa situação, os dominados, para dizerem a sua palavra, têm que lutar para toma-la. Aprender a tomá-la dos que a detêm e a recusam aos demais, é um difícil, mas imprescindível aprendizado – é a “pedagogia do oprimido” (FREIRE, 1968 p. 15).

O intuito do empreendimento colonial que segue nos dias atuais – sob a arquitetura discursiva da “modernização” – foi e é justificar o “des-envolvimento”, eliminar outros modos de ser, produzir, agir e pensar no espaço/tempo. Centralizou-se o poder decisório, impôs-se a



uniformidade, as monoculturas, que ocuparam as mentes e o solo. O saber “tradicional” foi invisibilizado, denominado de anticientífico, primitivo e espécies não madeireiras e safras populares foram concebidas como “ervas-daninhas.” Por isso, tornou-se fundamental a insurreição do saber “tradicional” subjugado (SHIVA, 2003).

De acordo com Bassols e Toledo (2015), o conhecimento “tradicional” originou-se da interação dos seres humanos com a natureza. Isso produziu outra ecologia, oposta à da ciência moderna, oriunda da curiosidade assídua e alerta, da ciência do concreto, do gosto de conhecer, do aprender vendo fazer, ouvindo, para depois ensinar. Conforme os autores, tal ecologia revela-se nos canais de irrigação e sistemas de adubação orgânica da Ásia, nas Chinampas do México, nos sistemas hidroagrícolas Waru-Waru do lago Titicaca. Mas, do mesmo modo que os povos indígenas, as comunidades quilombolas e camponesas estão sendo expulsas, o conhecimento “tradicional” destruído pela agricultura assentada nos combustíveis fosseis.

No Cerrado goiano, no Norte de Goiás, as comunidades tradicionais interiorizaram a natureza ao seu sistema cultural (ALMEIDA, 2003). Conforme a autora, elas negaram a concepção de natureza ocidental naturalista. Meeiros, pequenos lavradores, quilombolas, antigos garimpeiros, ex-posseiros possuem conhecimentos botânicos, pedológicos, astronômicos, hidrológicos do Cerrado, com objetivação cultural do bioma e uso integrado dos seus recursos. Com isso, revelam a indissociabilidade do mundo biofísico, humano e espiritual, numa expressão de natureza orgânica.

Almeida e Rigonato (2004) compreendem que essas comunidades, detentoras de conhecimentos íntimos dos estratos fitofisionômicos do Cerrado, são ameaçadas pela nova divisão territorial do trabalho, com a instalação de projetos agropecuários modernos e o uso e a apropriação do espaço pelas pastagens, cultivo de grãos e empreendimentos hidroenergéticos. Em contraposição, seu conhecimento popular poderia fortalecer ações sociais e culturais de conservação do Cerrado.

Nesse ínterim, essas populações praticam a ciência do neolítico, oriunda da ciência do paleolítico, que não separou cultura, natureza e produção (BASSOLS; TOLEDO, 2015). Pelo contrário, a língua permitiu a formação de *corpus* de conhecimentos: concepções, símbolos e conceitos, que se materializaram nas mentes coletivas e individuais. A memória guardou saberes transmitidos pela oralidade, cada sujeito deteve uma totalidade do saber humano.

Ribeiro (2014) entende que no Quilombo do Mesquita o conhecimento tradicional compõe o seu patrimônio cultural, transmitido no cotidiano. A ciência do neolítico se expressa na comunidade quilombola pela ciência de cultivo do marmelo, árvore responsável pela produção da marmelada, manifestação do saber/fazer dos quilombolas mesquitenses. Segundo a autora, o doce também garante identidade coletiva, reforça a origem e os conhecimentos comuns. Do mesmo modo, a



medicina popular reproduz essa ciência do neolítico, com intercâmbio de conhecimentos, conservados por benzedeiras, raizeiros.

Ribeiro (2014) demonstra que as mulheres mesquitenses são as guardiãs dos conhecimentos locais do Cerrado no quilombo do Mesquita. Os causos e histórias são modos de transmissão deles aos filhos e netos. Arantes e Almeida (2012) afirmam que os Kalungas, quando dissertam sobre o Cerrado, expõem a indissociabilidade da diversidade biológica e cultural, e também evidenciam um modo de ser e existir no bioma.

Mas Almeida (2003) adverte para a apropriação ideológica do conceito de biodiversidade. No seu entendimento, o capitalismo, diante da destruição da natureza e perda da diversidade ecológica, ressignifica as comunidades tradicionais e sua cultura ecológica, alimenta novos imaginários sobre o Cerrado. Esse torna-se, por exemplo, uma reserva para produção de produtos farmacêuticos, alimentícios, cosméticos mediados pela biotecnologia. Instala-se uma “*caça aos genes*”, uma apropriação dos conhecimentos das populações tradicionais.

Este paradoxo que informa um Cerrado ascendente na produção mercadológica ao preço da degradação ambiental, da erosão genética e da destruição de matrizes culturais e povos orientados por cosmologias não capitalistas, conduziu estudiosos do Cerrado à uma proposição metodológica: a Abordagem Territorial do Cerrado - ATC (CASTILHO e CHAVEIRO 2010, CHAVEIRO e BARREIRA 2010). Pressupõe-se compreender o Cerrado para além de um olhar naturalista (bioma), com destaque às disputas (materiais e simbólicas/de representações) desse(s) território(s). Nessa direção, a Abordagem Territorial do Cerrado se aproxima da proposta de Marcelo Lopes (2019): a combinação, na investigação geográfica, de olhares ecogeográficos a sociogeográficos por meio das categorias ambiente e território. Para esta análise integrada, segundo o autor, é condição o intercâmbio de saberes dentre e fora da academia.

Essa lógica de salvação do Cerrado dos projetos destrutivos capitalistas, encobre novas mediações técnico científicas, interfaces entre ciência, natureza e cultura (ALMEIDA, 2003). Os usos e as apropriações do Cerrado são determinados pelos conglomerados da indústria químico-farmacêutica, com patenteamento e instauração de propriedade intelectual das descobertas comerciáveis. De acordo com a autora, essa prospecção da biodiversidade cria a produção da natureza denominada de tecnonatureza capitalista. Nessa produção não há invenção, o que depõe contra os patenteamentos.

Nela também existe a apropriação do conhecimento das populações tradicionais, sem que essas saibam quais usos são dados aos seus saberes. Contraditoriamente, a crise civilizatória profunda contemporânea também revela uma amnésia de nossa condição biológica. O modo de produção hegemônico subjuga outras formas de relação sociedade/natureza, que institui “gentes



sem-terra e terras sem gentes.” O presente parece estendido, o futuro nunca chega, o capitalismo perpetua promessas não cumpridas. Nesse bojo, a diversidade cultural e biológica resiste nos interstícios, nas franjas ao avanço da homogeneização e da uniformidade.

Na agropecuária a consciência histórica comunitária também luta pela diversidade linguística, biológica e genética, levantando-se contra as práticas de melhoramento industrial bioimperialista, que ameaçam os desenhos genéticos elaborados pelas comunidades “tradicionais”. A biotecnologia bioimperialista ameaça à soberania e a segurança alimentar. Bassols e Toledo (2015) defendem que a expulsão dos sujeitos do campo, coloca a urgente questão de quem vai alimentar o mundo. Visto que a agricultura industrial destrói a agricultura camponesa “tradicional”, que oferece alimentos, matérias-primas, água, bens e serviços ambientais para a humanidade. Do mesmo modo, também é diversa, autossuficiente, sustentada pela energia biológica e solar.

Há um determinismo produtivo, uma síndrome da falta de alternativas, uma homogeneização, padronização e uniformização autoritária (SHIVA, 2003). Segundo a autora, a interdependência da vida é fragmentada, dilacerada, em nome dos conceitos ideológicos de rendimento, produtividade e melhoria. Concorde-se com ela, porque o saber científico dominante é economicista, colonizador, autoritário e incompatível com os princípios de igualdade, justiça e biodiversidade. Urge reconhecer que as comunidades tradicionais, sustentadas no conhecimento “tradicional”, aprenderam tirar seu sustento da diversidade silvestre e domesticada da natureza.

Shiva (2003) afirma que os conhecimentos ecológicos da biodiversidade instituíram regras culturais de preservação dos biomas, mas as expropriações desalojam as pessoas e a biodiversidade. A biodiversidade é pilhada pelos países capitalistas centrais, que devolvem como presente aos países periféricos as monoculturas. Os capitalistas pilham plantas, animais, conhecimentos, matérias-primas (sementes crioulas, animais crioulos, etc). A acumulação primitiva realiza sua pilhagem cotidiana. Ainda de acordo com Shiva (2003), institui-se a biodiversidade comercializada, que negocia as florestas, a água, a absorção de gás carbônico como ativo de mercado.

A biodiversidade vira uma categoria aritmética, numérica e aditiva. Segundo a autora, interromper esse processo implica apoiar as comunidades tradicionais, reconhecer seus direitos ao conhecimento “tradicional”, à biodiversidade e à sua capacidade de ampliá-la. Do mesmo modo, a biodiversidade dos países periféricos não deve ser tratada como uma herança comum da humanidade, visto que os organismos complexos, produzidos por camponeses, comunidades indígenas, não podem ser reduzidos a insumos de engenharia genética, manipulados e patenteados.

Silva (2018) compreende que as corporações sementeiras e agroquímicas instalam no mundo e no Cerrado o controle da reprodução das vidas desejáveis e “indesejáveis” no campo. Cria-se o que é denominado de “*latifúndios invizibilizados*”. Metáfora que expressa não o domínio de



grandes extensões de terras, mas a propriedade de bancos de germoplasmas e moléculas utilizadas para produção de princípios ativos de agrotóxicos, armazenadas e controladas em bancos de dados informacionais. Este domínio, apoiado pelos Estados nacionais, tece novas cercas porque privatiza bens comuns, conhecimentos tradicionais.

Por isso, conforme Shiva (2003) há a necessidade de reconhecimento dos direitos das comunidades tradicionais, que co-evoluíram com a biodiversidade de seus espaços de reprodução social. Também é fundamental reconhecer o valor de todos os seres vivos. Por isso, a biodemocracia deve suplantar o bioimperialismo, responsável pelo colonialismo dos países capitalistas centrais nos países periféricos, que pilha a biodiversidade das comunidades “tradicionais”.

3. PILHAGEM DA TERRA, PRIVATIZAÇÃO DA ÁGUA, AMEAÇAS AOS GRUPOS QUILOMBOLAS EM GOIÁS

Ribeiro (2014) menciona que a origem do Quilombo do Mesquita relaciona-se à ocupação da fazenda Mesquita no século XVIII pelos ancestrais dos atuais quilombolas. Os atuais residentes provêm de um tronco comum de três famílias negras. Segundo a autora, o sargento-mor José Correia Mesquita doou às terras a três escravas de sua propriedade. De acordo com Fellet (2018), o quilombo se desenvolveu-se com a chegada de escravos fugidos das minas de Santa Luzia (atual município de Luziânia) e outras localidades de Goiás.

Constitui-se uma comunidade negra rural, com enraizamento ao lugar, tessitura de memória, ancestralidade e tradição comunicadas aos seus descendentes, vivendo em pequenos terrenos, com produção conduzida pelo trabalho familiar (RIBEIRO, 2014; AGUIAR, 2015). O Quilombo do Mesquita está localizado no município de Cidade Ocidental, possui 4.922,93 ha e setecentos e setenta e cinco famílias (AGUIAR, 2015). Segundo o autor, atualmente o quilombo é atingido pela especulação imobiliária, o que resultou na ameaça de desmatamento de 84 ha de seu território. O Ministério Público Federal impediu a consumação desse ato, mas não conteve a constituição de empreendimentos imobiliários na sua fronteira.

Segundo Aguiar (2015), a expansão urbana capitaneada pela capital federal, com demandas habitacionais para a classe média de Brasília, somado as ocupações populares e as chácaras de lazer, resulta em processos de fragmentação territorial e invisibilidade social dos quilombolas mesquitenses. O quilombo do Mesquita é visto como empecilho ao desenvolvimento econômico, atingido por degradações ambientais. Os agentes capitalistas se articulam politicamente, flexibilizam ações e estudos ambientais, desarticulam formas tradicionais de apropriação, altera



valores materiais, simbólicos, destrói conhecimentos tradicionais no quilombo supracitado (AGUIAR, 2015). A imobiliária Divitex Pericumã Empreendimentos Imobiliários, interessada na área, tem como sócios ilustres o ex-presidente José Sarney e o advogado Antônio Carlos de Almeida Castro, vulgo “*Kakay*” (FELLET, 2018).

Os quilombolas, ouvidos por Fellet (2018) alegam que mesmos sendo partícipes diretos da construção de Brasília, com edificação de cantinas, refeitórios, hospedagens e do próprio Catetinho (primeira residência oficial do presidente Juscelino Kubistchek), hoje têm o direito ao território ignorado. Na demarcação do território do Distrito Federal, a área da comunidade foi desconsiderada. Fillet (2018) também explica que, após a construção de Brasília, as terras quilombolas passaram a ser cobiçada por forasteiros. A exemplo de José Sarney, que adquiriu dois lotes em 1980, que já haviam sido expropriados dos quilombolas do Quilombo do Mesquita.

Num deles, o referido político construiu a Fazenda Pericumã, depois comercializou a propriedade com a Imobiliária Divitex Pericumã e, por isso, tornou-se sócio da empresa. No ano de 1990, com a criação do município de Cidade Ocidental, as expropriações ampliaram-se. Foi criado o Jardim Edite, condomínio de baixa renda localizado dentro da área reivindicada pelos quilombolas. Da mesma forma, inúmeras chácaras e sítios localizam-se, atualmente, dentro do território reivindicado pela comunidade. Conforme citado por Fillet (2018), com base nos dados do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), no quilombo do Mesquita residiam, em 2011, aproximadamente cem famílias não quilombolas.

Ribeiro (2014) destaca que a supressão das fitofisionomias do Cerrado dificulta a transmissão dos conhecimentos tradicionais no quilombo do Mesquita. A pressão fundiária de Brasília, que com sua edificação promoveu uma nova lógica rural/urbana, se soma ao uso e apropriação do Cerrado pelos monocultivos. O plantio de soja circunda atualmente o território do quilombo. A autora também menciona a grilagem e a comercialização de porções do território como fenômenos históricos que atingem o ser e o existir mesquitense. Por exemplo, os empecilhos para o cultivo do marmelo e da cana de açúcar, fundamentais na manutenção do conhecimento tradicional circunscrito à fabricação da marmelada e do açúcar mascavo.

As supressões constantes do território, com perdas das terras comunais e a expropriação de famílias quilombolas, fazem com que os quintais se tornem o espaço de reprodução do conhecimento tradicional (RIBEIRO, 2014). A luta pela demarcação do quilombo iniciou-se em 2006, com o reconhecimento da comunidade pela Fundação Palmares como remanescente de quilombo. Segundo Fillet (2018), em 2011, o INCRA publicou o Relatório Técnico de Demarcação e Identificação da Comunidade. Esse relatório teve os dados contestados pelos moradores não quilombolas e outros sujeitos interessados na área. A conclusão da demarcação depende da



indenização dos proprietários não quilombolas residentes pelo Estado. Após a indenização o INCRA poderá conceder o título coletivo imprescritível de propriedade da terra.

Em 2018, o Instituto propôs a redução da área do quilombo para 971 hectares, somente 22% da área original, resolução duramente criticada por organizações quilombolas e pelo Ministério Público Federal (MPF). Em agosto de 2018, o INCRA recuou da decisão tomada (FILLET, 2018), no entanto, alegou que a resolução foi oriunda da proposta da Associação Renovadora Quilombo Mesquita. Ex-membros dessa organização alegaram que a proposição foi resultado do conluio entre empresas, fazendeiros e especuladores imobiliários, como a Divitex Pericumã, interessada em construir condomínios de luxo na área.

O quilombo do Mesquita é submetido a um campo de forças entre agentes do Estado, do capital imobiliário, do agronegócio, o que promove degradação ambiental, fragmentação territorial, substituição das fitofisnomias do Cerrado pelas pastagens, pelos cultivos de grãos e construção de núcleos habitacionais (RIBEIRO, 2014). Segundo a autora, nele o conhecimento tradicional sofre alterações/esquecimento, dado a eliminação do Cerrado. Nas áreas remanescentes, conhecimentos das propriedades, usos e características da diversidade do bioma, oriundos dos anciãos é transmitido pela oralidade.

De acordo com Ribeiro (2014), nesse quilombo os conhecimentos tradicionais se manifestam pela tradição oral, pela história oral, pela medicina popular, pelo artesanato. A memória reforça os mitos, as manifestações religiosas, os símbolos da tradição e identidade mesquitense, como a marmelada. Conforme a autora, esse doce expressa conhecimentos, práticas, experiências de ancestralidade. Sua fabricação envolve conhecimentos de conservação, preparo, armazenagem. O marmelo (*Cydonia oblonga*) foi plantado em Luziânia no século XVIII, quando as escravas aprenderam a técnica de produção da marmelada com as portuguesas.

A marmelada, produzida de forma artesanal, alude a autossuficiência, a organização comunitária, a formação social do quilombo Mesquita (RIBEIRO, 2014). A cultura do marmelo mantém conhecimentos do armazenamento de sementes, do plantio, do cultivo e da fabricação do doce, o que reproduz um saber/fazer dos quilombolas. De acordo com a autora, remete ao mito de origem do quilombo, invoca memórias, identidade coletiva, símbolos nucleares dos quilombolas. Ela também menciona o açúcar mascavo, fabricado desde o século XVIII e o licor de marmelo como catalisadores de conhecimentos dos mesquitenses.

A perda territorial afetou a autossuficiência, como o cultivo dos roçados de feijão, mandioca, marmelo, milho. Segundo Ribeiro (2014), os mesquitenses se referem a esse momento como o tempo de Aleixo, ou seja, Aleixo Pereira Braga, líder político do quilombo. A pilhagem de suas terras também atingiu lugares sagrados, como a Cruz de Simeão, local de peregrinações e



penitências religiosas, destruiu seus cemitérios, com abalo nos ritos funerários, na memória, no conhecimento dos ancestrais. Conforme a autora, permanece o conhecimento transmitido pelos mutirões, pelas folias de Nossa Senhora D'Abadia, Divino Espírito Santo e de Reis, que renovam saberes consagrados, mantém a reciprocidade.

Os quintais também são *lócus* de transferência desses conhecimentos. Como os saberes da criação de pequenos animais, do cultivo de hortaliças, dos usos de plantas do Cerrado para alimentação, resolução de doenças, como Pequi (*Caryocar brasiliense*), Baru (*Dipteryx alata*), Jatobá (*Hymenaea courbaril*), açafrão (*Curcuma longa*), quebra-pedra (*Phyllanthus niruri*). Somado aqueles da medicina popular ancestral, com fabricação de garrafadas, emplastros, chás de Erva-Santa-Maria (*Dysphania ambrosioides*), Barbatimão (*Stryphnodendron*), Arnica (*Arnica montana*) e Erva Cidreira (*Melissa officinalis*), por benzedeadas e raizeiras(os). Nos quintais, as mulheres mesquitenses reconstituem a tradição oral, reproduzem conhecimentos do consumo raízes, frutas, folhas de espécies do Cerrado (RIBEIRO, 2014).

O quilombo Kalunga é proveniente de afrodescentes situados na Chapada dos Veadeiros, norte do estado de Goiás. Seu território compõe o Sítio Histórico e Patrimônio Cultural Kalunga, que ocupa 261.999,69 ha (INCRA, 2014), situados nos municípios de Monte Alegre de Goiás, Teresina de Goiás e Cavalcante (MOTA, 2016). O reconhecimento nacional dos Kalungas como donos das terras ocorreu somente em 20 de novembro de 2009, mas ainda lutam pela demarcação e titulação, com reconhecimento de sua identidade e garantia de políticas específicas (ALMEIDA, 2003). O modo de vida, a identidade cultural dos Kalungas é atingida pelos latifúndios, usados como reserva de valor, com fins de especulação imobiliária, somado ao crescimento do desmatamento para pastagens (RIGONATO; ALMEIDA, 2004).

Adiciona-se a inserção do protestantismo, com modificações nas relações territoriais e sociais intersubjetivas *intra* grupo, com promoção de distanciamentos sociais, ressignificações das crenças religiosas (MOTA, 2016). Acrescenta-se a apropriação pelo turismo, especificamente o ecoturismo, sobretudo na comunidade do Engenho II, que degrada o ambiente, ignora a cultura da comunidade, suas realidades e necessidades, dado o privilégio da fruição da beleza cênica das paisagens (FARIA; ALMEIDA, 2020). Conforme as autoras, essa atividade causa fissuras, desigualdades sociais e indica a necessidade de educação ambiental, patrimonial para promoção do etnodesenvolvimento.

Almeida (2003) também afirma que o novo imaginário sobre o Cerrado e suas comunidades tradicionais, articulado pelo discurso da biodiversidade, garante uma nova posição biopolítica global do Cerrado, que mercantiliza os conhecimentos genéticos das espécies vegetais. A isso se soma a ameaça proveniente do projeto de construção da Pequena Central Elétrica Santa Mônica -



PCH na Fazenda Boa Vista, município de Cavalcante (DIAS; FARIA; 2018). Conforme as autoras, o processo de licenciamento favorável à empresa Rialma Centrais Elétricas do Rio das Almas está avançado, mesmo com o descumprimento de critérios socioculturais e ambientais, como a necessidade de realização de audiência pública. A empresa e os aliados do empreendimento alegam que a instalação da PCH gerará empregos, inclusive para a comunidade Kalunga, residente no município. Argumento que teria motivado os Kalungas se posicionarem favorável à sua construção.

Por outro lado, Vercilene Francisco Dias, advogada da Associação Quilombo Kalunga, pertencente à comunidade e estudante do curso de Pós-graduação em Direito Agrário da Universidade Federal de Goiás, considerou que a comunidade e seus membros desconheciam o processo de licenciamento em curso (DIAS; FARIAS, 2018). Conforme Dias e Farias (2018), é curioso o posicionamento de autarquias do Estado sobre o empreendimento, como a Fundação Palmares e o INCRA. A Fundação Palmares, mesmo sem discussão com a comunidade local, assinou o documento de anuência para que a construção da PCH prosseguisse. Já o INCRA, mesmo com compromisso de acompanhar o caso, permanece imóvel e indiferente à situação.

Essas ações, atividades, projetos afetam o ser e existir Kalunga no Cerrado. O bioma concebido como matéria-prima, *locus* de viabilidade econômica para o agronegócio com desmatamento acelerado, elimina espécies da fauna e da flora, destrói a base de recursos das comunidades tradicionais, compromete a identidade cultural, o conhecimento tradicional delas (ALMEIDA, 2003). As comunidades tradicionais do Norte Goiano, amparadas pelo conhecimento tradicional, fazem uso de espécies vegetais do Cerrado para fins alimentícios, medicinais, artesanais, construtivo-habitacionais (ALMEIDA, 2003; RIGONATO; ALMEIDA, 2004).

Conforme os autores, atendem a esses fins o uso de espécies de fitofisionomias do Cerrado como o Bureré (*Brosimum gaudichaudii*), a Carobinha do Campo (*Jacaranda decurrens* Manso), o Jatobá, a Aroeira (*Myracrodruon urundeuva*) e a Pindaíba (*Xylpropia aromática*). Adiciona-se o Genipapo (*Genipa americana* L.), Araticum (*Hymenaea courbaril*), Pequi, o Murici (*Hymenaea courbaril*), Angico (*Anadenanthera falcata*), Buriti (*Mauritia flexuosa* L.), Faveira-favela (*Dimorphandra molis*), Mangaba (*Hancornia speciosa*), Barú, Quina (*Strychnos pseudoquina* A. St. Hil e a Aroeirinha (*Astronium* sp.).

Soma-se o Gravatá (*Bromelia* sp.), o Assa-peixe (*Vernonia* sp.), o Cabelo-de-nego (*Oureata hexasperma* St. Hil. Bail), o Pé-de-perdiz (*Croton antissiphylyticus* St. Hil.), o Porrete de malina (*Dalechampia* sp.), e a Curriola (*Pouteria ramiflora* Radlk.). Os Kalungas e outras comunidades tradicionais do Norte Goiano utilizam cascas, folhas, sementes, resinas, raízes no tratamento de infecções, problemas pulmonares, coceiras, úlceras, coqueluche do sertão, infecções genitais e de garganta, gripe, febre, artrose, sarampo, gastrite, “dor de barriga” e resfriados (ALMEIDA, 2003;



RIGONATO; ALMEIDA, 2004). A isso se vincula o uso para cicatrização, como anti-inflamatório e depurativo. Espécies lenhosas são usadas na construção de casas, currais, cercas, chiqueiros, paióis.

Conforme os autores, a apropriação também ocorre para a produção de peneiras, balaios, couraças e óleos vegetais. Como extrativistas, agricultores de autoconsumo com comercialização de excedente, criadores de pequenos animais, os Kalungas fazem uso comunal da terra (RIGONATO; ALMEIDA, 2004). Mota (2016) vaticina que o modo de vida Kalunga é construído no contato com o território, transmitido e consolidado nas práticas culturais, na ligação com a terra, na tradição das celebrações, rezas, danças, (Sussa, Curraleira), músicas, ritos e rituais. O conhecimento e a cultura Kalunga conformam territórios culturais, identidades territoriais, geossímbolos, com apropriações simbólicas do espaço (ALMEIDA, 2003).

Segundo a autora, as práticas econômicas, simbólicas e materiais Kalungas são mediadas pelo ambiente. A reciprocidade, a práxis de cozinhar, trabalhar, festejar, rezar, a ação de nomificar rios, plantas, solos, o preparo do roçado, a edificação de construções, a fabricação de remédios, a produção de alimentos é indissociável da biodiversidade do Cerrado. Por isso o ser Kalunga existe mediado por técnicas, saberes tradicionais transmitidos pela oralidade, que compõe um modo de vida conservacionista do Cerrado (ALMEIDA, 2003; ARANTES; ALMEIDA, 2012). De acordo com as autoras, isso se dá porque esse conhecimento tradicional equilibra fatores biológicos, culturais, econômicos e sociais.

Sem o Cerrado não há populações tradicionais cerradeiras, consequentemente os conhecimentos alternativos dos usos e apropriações do bioma são destruídos. Por isso os ataques e ameaças direcionados aos quilombos Mesquita e Kalunga ilustram um processo mais amplo: a negação do direito de existir de povos e sociedades pré-industriais, que não compartilham da racionalidade instrumental capitalista e tampouco se assumem como sujeitos “modernos” dispostos a abdicarem da relação profunda com a natureza. Isso porque o modo de se organizarem culturalmente está condicionada a essa simbiose.

Nesse descompasso de racionalidades, o que se assiste é a imposição de um modelo de desenvolvimento que desconsidera tais populações como produtoras e portadoras de conhecimento. Legitima-se um só saber: o técnico-científico. Essa premissa vem pautando as políticas fundiárias, ambientais e educacionais. A eliminação da diversidade de saberes, o mecanismo de eliminação de corpos, elevou à condição de verdade mitos como o da “natureza intocada” (DIEGUES, 2002).

O “neomito” legitima a “proteção” de áreas naturais contra ações antrópicas, entendidas, invariavelmente, como maléficas à natureza. Essa separação homem/mulher-natureza (H/M-N) é um dos fundamentos da sociedade urbano-industrial. Por ela, nega-se a simbiose H/M-N sobre a



qual as sociedades pré-industriais fundaram suas existências, e cujos traços sobrevivem até hoje em determinadas culturas:

A criação de áreas naturais protegidas em territórios ocupados por sociedades pré-industriais ou tradicionais é vista por essas populações locais como uma usurpação de seus direitos sagrados à terra onde viveram seus antepassados, o espaço coletivo no qual se realiza seu modo de vida distinto do urbano-industrial (DIEGUES, 2002 p. 67).

A ampliação do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros, via decreto do então Presidente da República, Michel Temer, em junho de 2017, exemplifica o modo arbitrário como essas questões são encaminhadas. A área do Parque foi triplicada – uma modalidade de unidade de conservação de proteção integral, o que impede a permanência de moradores –, legitimou-se tal medida pela importância da “área” à ciência e ao turismo.

A fala de Jaime Gesisky, especialista em políticas públicas e porta-voz da Organização Não-governamental brasileira WWF-Brasil, espelha essa imposição da racionalidade urbano-industrial e do conceito de parque importado dos Estados Unidos da América na década de 1970 (parque como lugar de contemplação, descanso, refúgio da vida conturbada da cidade e da indústria), “Estamos deixando ali uma reserva de vida, de esperança para a ciência, um espaço de contemplação e revigoramento do espírito. É um ganho para todo o Brasil e as gerações que vêm por aí” (WWWF-BRASIL, 2017).

O que se percebe na fala do especialista é o fortalecimento de um sistema discursivo à serviço da implementação de ações arbitrárias contra tudo o que destoa da racionalidade instrumental capitalista. Não fazemos aqui, a contraposição gratuita à expansão da área do Parque Nacional, antes a crítica à forma como é realizada e aos valores que a sustentam. No campo do discurso, além das ONGs, outros agentes atuam como guardiães dos neomitos:

Como toda mitologia antiga tem seus guardiães (os mais velhos, os pajés etc.), os neomitos da conservação também possuem os seus – entidades preservacionistas, instituições públicas ambientais; além de seus sacerdotes – os administradores dos parques, e seus auxiliares iluminados pelo conhecimento empírico-racional, os cientistas naturais que definem o que é biodiversidade, como a natureza deve ser preservada etc. (DIEGUES, 2002 p. 71).

A consulta e a participação dos sujeitos que, historicamente, habitam a região da Chapada dos Veadeiros na gestão do parque, entre eles os Kalunga, uma vez que detêm um conjunto de saberes sobre o funcionamento dos ecossistemas ali existentes, teria certamente impedido desastres



ambientais como a última queimada descontrolada que arrasou 25% da vegetação do Parque, equivalente a 45 campos de futebol, como expõe Vitor Santana (G1-GO, outubro de 2017).

Apesar dos noticiários ventilarem a hipótese de incêndio criminoso, a versão de um dos maiores estudiosos do Cerrado, Altair Sales Barbosa (informação oral, novembro de 2017), consiste no desastre como resultado de uma gestão equivocada do Parque à medida que os incêndios naturais, importantes para a composição mineralógica dos solos do Cerrado e a reprodução de espécies da fauna e flora, foram reiteradamente combatidos, ocasionando um acúmulo de material combustível, de pastagem, sobretudo.

Sobre a importância da consulta aos guardiões do conhecimento empírico, resultado de experiências geracionais, Diegues (2002) discorre:

Tendo em vista as limitações das contribuições da própria ciência, deveria haver um esforço maior em se integrar o etnoconhecimento das populações tradicionais nos planos de manejo. Ademais, em áreas onde existam comunidades tradicionais, é imperioso que estes planos de manejo percam seu caráter autoritário e tecnocrático, passando a ser um processo de integração gradativa do conhecimento, dos fazeres e das técnicas patrimoniais nas tomadas de decisões sobre o uso do espaço por longo tempo habitado e usado pelo morador tradicional (DIEGUES, 2002 p. 74).

Parece-nos imediatamente inconciliáveis os interesses veiculados pelos planos de manejo dos Parques Nacionais e os saberes tradicionais. Isso porque, a diferença entre eles remete à luta de classes e à disputa de sentidos e representações de mundo. O que não impede, entretanto, a existência de experiências bem-sucedidas a partir do diálogo entre o conhecimento técnico-científico e o conhecimento tradicional, desde que essas venham acompanhadas por um questionamento radical das estruturas sociais notadamente pautadas na heteronomia, na hierarquia, na desigualdade e no individualismo.

Enquanto isso, a pilhagem da biodiversidade, da terra, da água das comunidades originárias, a acumulação primitiva segue seu curso em Goiás. Os conhecimentos, os sujeitos e a biodiversidade cedem lugar a condomínios fechados, cercados por muros. Edificações que materializam a propriedade privada. A água, um bem comum, é negociada como energia. Privatizada, rende vultuosos lucros a agentes capitalistas e mina as possibilidades de existência dos sujeitos nos seus territórios ancestrais. A biodiversidade, apropriada pela sanha de companhias farmacêuticas, com a instauração de patentes, garante acumulação exponencial. Resta a luta ou a estrada, a velha mochila nas costas com poucos pertences, a vida errante dos sem-terra, sem-comida, sem-casa, sem-nada, sem direito de sonhar.



Os agentes capitalistas, sem glândulas de consciência, seguem a rota da acumulação desenfreada, dormem tranquilos o sono da reprodução opulenta em meio a miséria generalizada. Mas a resistência, a dissidência é a condição para salvar todos da miséria do mundo. Se há uma saída, uma alternativa, ela se encontra “nos de baixo”, naqueles que insistem em afirmar que a vida está na diversidade das línguas, das plantas, dos “bichos”, dos conhecimentos, dos mundos, não no mundo bárbaro criado pelo sistema vigente.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Se a devastação da vegetação nativa do Cerrado preocupa cientistas, ambientalistas, entidades não governamentais, populações tradicionais, processo correlato ocorre nos sistemas culturais. Há uma destruição das comunidades originárias e dos conhecimentos acumulados por gerações que em função das particularidades como a frágil relação com o mercado, os vínculos comunitários e a dependência do meio, são atingidos por projetos e agentes portadores da racionalidade instrumental capitalista.

A violência sistêmica sofrida pelas sociedades pré-industriais se expressa na negação da diversidade de saberes. Fragilizadas no campo político, populações ameaçadas operam resistências em um cenário desigual. Suas crenças, valores, místicas, lendas são negadas, assim como seus territórios e a reprodução imediata de suas existências. O preço pago pelo desprezo desses saberes se apresenta com mais nitidez nos desastres ambientais e sociais decorrentes da imposição do saber técnico-científico. Só assim, parte da comunidade acadêmica se desperta para a necessidade de “ouvir” os sujeitos que aprenderam a “ouvir” a natureza que os cercam e os compõem.

O desequilíbrio radical das forças que animam a natureza é sentido cultural e subjetivamente como um mal-estar generalizado. Entretanto, dados os marcadores sociais que estruturam a sociedade capitalista (classe, raça, gênero, etnia, localização geográfica etc.), alguns coletivos sofrem de forma mais direta e intensa o que se tem sido denominado de injustiça ambiental. É o caso das comunidades quilombolas e camponesas, dos povos originários, das favelas urbanas.

Paradoxalmente, cresce o interesse de cientistas, empresas e movimentos sociais pela “ecologia de saberes” produzidas por esses coletivos. Seja para a apropriação mercadológica - como problematizamos neste artigo -, seja para a revisão dos estatutos epistemológicos dos diversos campos científicos, das teorias que regem práticas políticas e pedagógicas. Tendência notável, por exemplo, no aumento de publicações, parcerias e aparições na mídia de autores indígenas. Cosmologias-sementes de um outro inadiável modo de habitar o Planeta.



REFERÊNCIAS

- AGUIAR, Vinicius Gomes. Conflito territorial no Quilombo Mesquita localizado entre Cidade Ocidental (GO) e o Distrito Federal (DF). In: AGUIAR, Vinicius Gomes; COSTA, Carmem Lúcia; COSTA, Kênia Gonçalves (Orgs.). **Gênero e diversidade na escola: espaço e diferença: abordagens geográficas da diferenciação étnica, racial e de gênero**. Goiânia: Gráfica UFG, 2018. p. 149-156. Ebook. Disponível em: <https://publica.ciar.ufg.br/ebooks>. Acesso em: 02 de maio de 2021.
- ALMEIDA, Maria Geralda de. Ecological culture and biodiversity. **Mercator**, Fortaleza, v. 2, nº 3, 2008. Disponível em: <http://www.mercator.ufc.br/mercator> - Acesso em: 01 de mai. de 2021.
- ARANTES, Muryel Moraes; ALMEIDA, Maria Geralda. O saber fazer do povo Kalunga na conservação da biodiversidade do Cerrado em Goiás (Brasil). **Elisée, Rev. Geo. UEG**, Goiânia, v. 1, nº 2, p. 51-70, jul./dez. 2012. Disponível em: <https://www.revista.ueg.br/index.php/elisee> Acesso em: 04 de maio de 2021.
- ARROYO, Miguel G. **Passageiros da noite: do trabalho para a EJA: itinerários pelo direito a uma vida justa**. Petrópolis: Vozes, 2017.
- BARBOSA, Altair Sales. **Conferência no IV Circuito da Sociobiodiversidade** – Pires do Rio, 15 de novembro de 2017.
- BASSOLS, Narciso Barrera; TOLEDO, Victor M. **A memória biocultural: a importância ecológica das sabedorias tradicionais**. São Paulo: Expressão Popular, 2015. 272p.
- CASTILHO, Denis; CHAVEIRO, Eguimar Felício. Por uma análise territorial do Cerrado. PELÁ, Márcia; CASTILHO, Denis. **Cerrados: perspectivas e olhares**. Goiânia: Vieira, v. 182, p. 15-34, 2010. Disponível em: <https://www.researchgate.net/profile>
- CHAVEIRO, Eguimar Felício; BARREIRA, CCMA. Cartografia de um pensamento de cerrado. **Cerrados: perspectivas e olhares**, p. 15, 2010. Disponível em: <https://www.researchgate.net/profile>
- DIAS, Varcilene Francisco; FARIA, Juliete de Prado de. Comunidade quilombola é ameaçada pela construção de hidrelétrica em Goiás. **A nova democracia: apoio a imprensa popular e democrática**, Rio de Janeiro, ano XVI, nº 210, 2ª quinzena de mai-1ª quinzena de jun. de 2018, Luta pela Terra. Disponível em: <https://www.google.com/novademocracia.com.br> Acesso em: 11 de nov. de 2018.
- DIEGUES, Antônio Carlos Santana. **O mito moderno da natureza intocada**. 4 ed. São Paulo: Annablume: Hucitec: Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras, USP, 2002.
- DUNKER, Christian. **Paixão da ignorância: a escuta entre Psicanálise e Educação**. Coleção Educação e Psicanálise. São Paulo: Editora Contracorrente, 2020.
- FELLET, João. A história do quilombo que ajudou a erguer Brasília e teme perder as terras para condomínios de luxo. **BBC News**, São Paulo, 1 de julho de 2018. Disponível em: <https://www.google.www.bbc.com.br> Acesso em: 11 de nov. de 2018.
- FARIA, Karla Maria Silva; ALMEIDA, Maria Geralda de. O discurso e a prática do Ecoturismo na visão desenvolvimentista em Comunidades de Quilombolas em Goiás, Brasil. **Confins**, nº 48, p. 1-18, 2020. Disponível em: <http://journals.openedition.org/confins>. Acesso em: 02 de mai. de 2021.



FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1984

MOTA, Rosiane Dias. **O protestantismo nas territorialidades e na identidade territorial da comunidade Quilombola Kalunga – Goiás**. 2016. 342f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2016. Disponível em: <http://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tede>. Acesso em: 03 de mai. de 2021.

MENDES, Karla. Disputas de terra complicam obtenção de títulos fundiários para quilombolas. **Reuters**, São Paulo, 22 de jun. de 2018, Especial. Disponível em: <https://www.google.reuters.com.br> Acesso em: 11 de nov. de 2018.

RIBEIRO, Antonia da Silva Samir. **Saberes tradicionais e educação ambiental: encontros e desencontros no Quilombo de Mesquita-Goiás**. 2014. 290f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade de Brasília, Faculdade de Educação, Brasília, 2014. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/bitstream> Acesso em: 30 de abr. de 2021.

RIGONATO, Valney Dias; ALMEIDA, Maria Geralda de. Cerrado: as fitofisionomias e a inter-relação com as populações tradicionais. **Revista Cerrados**, v. 2, nº 1, p. 01-16, 2004. Disponível em: <https://www.periodicos.unimontes.br/index.php/cerrados> Acesso em: 30 de abr. 2021.

SANTANA, Vitor. Incêndio na Chapada dos Veadeiros já é o maior da história, diz ICMBio. **G1 GO, Alto Paraíso de Goiás**, 27 de outubro de 2017. Disponível em: <https://g1.globo.com/goias/noticia/incendio-na-chapada-dos-veadeiros-ja-e-o-maior-da-historia-diz-icmbio.ghtml>. Acesso: out. 2018.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **O fim do Império cognitivo – a afirmação das epistemologias do Sul**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

SHIVA, Vandana. **Monoculturas da mente: perspectivas da biodiversidade e da biotecnologia**. Editora Gaia: São Paulo, 2003. 239p.

SILVA, Edson Batista da. **Cercados e a contrapelo: as expulsões e as reações camponesas à acumulação primitiva permanente em Goiás (1970-2015)**. 2018. Tese de doutorado (Programa de Pós-Graduação em Geografia). Instituto de Estudos Socioambientais, universidade Federal de Goiás, Goiânia, 21 de set. de 2018.

SOUZA, Marcelo L. **Territórios e Ambientes: uma introdução à Ecologia Política**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2019.

WWF-BRASIL. Governo amplia Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros, 05 de junho de 2017. Disponível em: https://www.wwf.org.br/informacoes/noticias_meio_ambiente_e_natureza/?58442/Governo-amplia-Parque-Nacional-da-Chapada-dos-Veadeiros. Acesso em: out. 2018.